

# A edição castelhana de 1535 da *Demanda del Sancto Grial*: o retorno de Excalibur às águas...

José Carlos Ribeiro Miranda  
Universidade do Porto

Mais do que um filão literário adscrito a uma língua e uma cultura, a literatura arturiana medieval constitui um fenómeno europeu de profundas repercussões e passível de uma avaliação em vários planos. Não restando dúvidas de que os textos matriciais desta literatura foram redigidos nos vários dialectos do francês medieval<sup>1</sup>, a rapidez da sua difusão e o facto de muitos deles terem conhecido versões noutras línguas em períodos muito recuados, a ponto de em alguns casos somente essas versões traduzidas terem resistido à prova do tempo, fundamentam objectivamente o carácter pan-europeu que não resistimos a atribuir-lhe, até porque, como é sabido, as línguas peninsulares e, particularmente, o galego-português, foram dos principais receptáculos dessa difusão. E de tal modo assim foi que, se de literatura medieval portuguesa ou em galego-português se quiser falar, dificilmente se poderá passar ao lado desse manancial de textos, do que significou a respectiva leitura e da posteridade que vieram a ter.

E, no entanto, nem sempre este facto foi eceite, como sabemos, sendo ainda frequente que uma estreita disciplinaridade literária, fundamentada numa valoração quase metafísica da língua, secundarize aquelas que, em muitos casos, constituíram as obras mais lidas pelo público medieval – aqui como em todo o Ocidente europeu –, com o pretexto de que se trata de obras traduzidas, como se fossem totalmente alheias à nossa cultura e ao nosso património mental.

É possível, contudo, que alguma indiferença perante estes textos radique também em questões bem objectivas, que se relacionam obviamente com o modo como existiram e com a visibilidade que adquiriram perante a História. Seria banal declarar que o processo de rastreio e de avaliação da literatura dos séculos mais recuados da Idade Média não pode ser o mesmo que se utiliza para literaturas mais recentes, sobretudo para as que se difundiram por meio do texto impresso. Mas não deixa de ser certo que o medievalista tem de contentar-se, na maior parte dos casos, com testemunhos parcelares e descontínuos, fragmentos mínimos de obras muito

---

1. Com a notável excepção da *Historia Regum Britanniae*, crónica em latim de Geoffrey de MONMOUTH.

vastas, apógrafos que distam por vezes vários séculos da redacção do original que transmitem. Ou então, como dissemos atrás, versões traduzidas para línguas que não são a língua original, que todavia se mostram cruciais para proceder à avaliação a que nos referimos de um forma ponderada e sistemática.

O estudioso desta área utiliza metodologias que se assemelham às dos arqueólogos que vasculham a periferia do seu objecto, muitas vezes porque esse objecto desapareceu, ou dele apenas sobejam fragmentos que não permitem reconstruí-lo inteiramente. É assim que se tornam cruciais os testemunhos indirectos, relativamente fáceis de aferir quando são explícitos, mais complexos mas não menos importantes quando se apresentam sob a forma de apropriação textual ou de reutilização de motivos e de fragmentos de texto em obras diversas. Não sendo um exclusivo da Idade Média, tais processos tiveram então lugar com uma inusitada frequência, na justa medida em que era fundamentalmente desconhecida a noção de propriedade literária. O léxico e, em particular, a onomástica específica de uma dada obra são também relevantes porque podem fornecer indícios seguros do processo da sua divulgação. Alargando o olhar e ajustando o seu ângulo ao do objecto que se pretende iluminar, cremos ser possível ir arredando um pouco as trevas que ainda envolvem o conhecimento da Idade Média, particularmente no que à literatura diz respeito.

Tendo em conta o conjunto do espaço ibérico, verifica-se, em linhas gerais, que os textos arturianos que circularam em suporte autónomo desde o séc. XIII até ao séc. XVI são provenientes das duas grandes configurações cíclicas em prosa redigidas em francês medieval ao longo das décadas de 1220 e 1230. As narrativas em verso, mesmo tendo sido pontualmente conhecidas, não suscitaram um público suficientemente constante para levar à realização da tradução e da cópia manuscrita, delas se conservando apenas alguns dos vestígios que atrás referimos: a transcrição muito parcial, o aproveitamento de temas e motivos ou a seca referência<sup>2</sup>.

É possível, hoje em dia, confirmar, com alguma margem de segurança, que o ciclo arturiano que mais cedo chegou à Península e que maior audiência obteve foi o chamado «ciclo do Pseudo-Boron» e ainda que a sua difusão se operou essencialmente a partir de Portugal. Contrariando a teoria das tradições manuscritas «pobres e estéreis»<sup>3</sup>, que tem, sem dúvida, o seu fundamento, os testemunhos directos deste ciclo em português arcaico ou mesmo em galego-português não têm parado de crescer em número e em importância.

Embora só o manuscrito quatrocentista da *Demanda do Santo Graal* e o apógrafo dos finais do séc. XVI que transmite o *Livro de José de Arimateia*, versão portuguesa da *Estoire del Saint Graal*, contenham versões que podemos considerar íntegras dos ramos do ciclo que representam<sup>4</sup>, a descoberta na Catalunha do preciosíssimo fragmento do *Merlim* galego-português, paleograficamente atribuível ao início do séc. XIV e um dos mais antigos testemunhos, em absoluto, desta obra<sup>5</sup>, ao

2. É o que sucede com o *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, onde se pode rastrear a presença do *Roman de Brut*, de Wace, embora não se trate de uma fonte em primeira mão, já que chegou ao Conde pela via do navarro *Liber Regum* (ou da adaptação castelhana desta obra) que o havia já previamente utilizado. Cf. Diego CATALAN, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, 1962, 357 e seg.

3. Cf. Giuseppe TAVANI, *Poesia del duecento nella Penisola Iberica*, Roma, 1969, 89-96.

4. Para uma descrição geral dos testemunhos arturianos ibéricos, consulte-se Harvey SHARRER, *A Critical Bibliography of Hispanic Arthurian Material*, London, Grant and Cutter, 1977. Ver também SHARRER, «Notas sobre la materia artúrica hispánica, 1979-1986», *La Corónica*, 15 (1986/87), 328/340; Daniel EISENBERG / Maria Carmen MARÍN PINA, *Bibliografía de los libros de aballerías castellanos*, Zaragoza, 2000.

5. Amadeu-J. SOBERANAS, «La version galaico-portugaise de la “Suite du Merlin”», *Vox Romanica*, 38 (1979), 174/193. Este fragmento conheceu uma edição recente em *Livro de Tristan e Livro de Merlin. Estudio, edición, notas e glosario* (cord. P. L. Gradín/J. A. Souto Cabo), Santiago de Compostela, 2001.

qual se vem juntar um fragmento em pergaminho do *Livro de José de Arimateia*, recentemente descoberto por Aida Dias no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>6</sup>, confirmam aquilo para que a investigação sempre apontou, ou seja, que esse ciclo entrou em Portugal com a chegada, em 1245, do Conde de Bolonha, vindo a ser traduzido ao longo da segunda metade do século XIII<sup>7</sup>.

Para se entender a difusão destes textos é, contudo, necessário matizar devidamente a terminologia utilizada. Na realidade, conquanto se tenha generalizado o conceito de «ciclo» para classificar estes romances, tal designação é equívoca e pouco ajustada a dar conta da natureza e alcance das alterações internas que vão ocorrendo com os tempos, ao sabor das variações do processo de recepção. Com efeito, a noção de «ciclo» não aponta para mais do que uma vaga afinidade temática entre os textos que o integram, quando o que se passa na realidade é que o universo romanesco criado pelos ciclos arturianos em prosa na sua fase mais produtiva – que é a fase inicial e também aquela em que se encontram quando transitam para Portugal – possui uma consistência e continuidade que os fazem aproximar-se mais de narrativas únicas do que de agrupamentos avulsos de relatos<sup>8</sup> – com a ressalva de que a acção se desenrola ao longo de um tempo narrativo muito longo, com uma grande pluralidade de espaços acompanhada de uma copiosa proliferação de personagens.

É esta concepção da diegese decalcada da narrativa histórica, ou até da narrativa bíblica, que, associada à particular técnica do entrelaçamento da acção, determina a existência de «branches», as quais, pela imponente dimensão física que possuíam, levavam à inevitável existência de livros autónomos como suporte físico de cada uma, e não de um único manuscrito que agrupasse cada ciclo.

Torna-se óbvio que, numa fase em que a percepção da unidade deste universo narrativo ameaçasse perder-se, o ciclo se iria fracturar a partir dos pontos de junção desses «ramos», assistindo-se à autonomização de cada um como se de uma obra isolada se tratasse<sup>9</sup>. É o que se passa quando observamos as indicações presentes no *colofon* do *Livro de José de Arimateia*, que fazem pensar que em 1313 esta «branche» já circulava autonomamente<sup>10</sup>; a ocorrência isolada do *Baladro del Sabio Merlin* na biblioteca do conde de Haro, em 1447<sup>11</sup>; ou ainda a *Demanda del Sancto Grial* que constava, sem qualquer companhia arturiana, da lista de livros do Conde de Benavente por volta de 1455<sup>12</sup> – estes últimos casos constituindo já versões traduzidas para castelhano.

O chamado «ciclo do Pseudo-Boron», designação preferível a «ciclo da Pós-Vulgata», possuía um composição que tem sido de algum modo obscurecida por este mesmo estado de coisas que temos vindo a expor. Que se compunha de uma pré-história do mundo arturiano na forma da *Estoire del*

6. Informação que nos foi transmitida pessoalmente por Ludumila Aragão, a quem agradecemos.

7. Cf. Ivo CASTRO, «Sobre a Data da Introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata», *Boletim de Filologia*, XXVIII,1 (1983), 81/98; M. Rodrigues LAPA, *A “Demanda do Santo Graal”, Prioridade do texto português*, Lisboa, 1930; C. Edward PICKFORD, «La Priorité de la version portugaise de la *Demanda do Santo Graal*», *Bulletin Hispanique*, LXII (1961), 211/216 e Fanni BOGDANOW, «The Relationship of the Portuguese and Spanish *Demandas* to the extant French Manuscripts of the Post-Vulgate *Queste del Saint Graal*», *Bulletin of Hispanic Studies*, 52-1 (1975), 13/32.

8. Esta ideia foi por nós desenvolvida em José Carlos MIRANDA, *Galaaz e a Ideologia da Libagem*, Porto, Granito, 1999, a partir das observações previamente feitas em IDEM, *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, Porto, Granito, 1998. Uma perspectiva de síntese pode encontrar-se ainda em IDEM, *Conto de Perom, o Melhor Cavaleiro do Mundo*, Porto, Granito, 1998, 21-30.

9. Cf. José Carlos MIRANDA, «Como o Rei Artur e os Cavaleiros da sua Corte Demandaram o Reino de Portugal», *Colóquio-Letras*, 142 (1996), 83/102.

10. «Este livro mandou fazer João Samches, mestre-escola d'Astorga no... ano de 1313 Anos», in *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea* (ed. by Henry Hare Carter), Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1967, 379.

11. Cf. Isabel BECEIRO PITA, «Modas estéticas y relaciones exteriores: la difusión de los mitos artúricos en la Corona de Castilla (s. XIII – comienzos s. XVI)», *En la España medieval*, 16 (1993), 135-167 [p. 138]

12. Cf. I. BECEIRO PITA, «Modas estéticas...», 138.

*Saint Graal*, de um *Merlin* seguido de uma extensa continuação, cuja matéria incidia na constituição do reino arturiano e no seu devir imediato, e que terminava com a breve cavalaria de Galaaz e com o relato do fim do mundo arturiano – matéria contemplada na *Demanda do Santo Graal* – é algo que se revela consensual. Já quanto ao modo como se preenchia a extensa porção da cronologia narrativa que correspondia à biografia de Lancelot, por um lado, e de Tristão, por outro – já que não se pode ignorar que a *Demanda* narra também o fundamental da conclusão do trajecto biográfico desta última personagem – há perspectivas bem diferenciadas.

Contra a opinião segundo a qual o «Pseudo-Boron» se resumia a esta trilogia<sup>13</sup>, temos defendido que contemplava também uma «branche» *Lancelot* e ainda uma «branche» *Tristão*, o que faria dele o mais imponente ciclo constituído ao longo da Idade Média. Porém, tal como aconteceu em iniciativas diversas e autónomas, também entre nós a «branche» *Tristão* estava já em vias de autonomização, sobretudo se ela tiver correspondido à versão chamada «breve», «primeira» ou «não-cíclica»<sup>14</sup>, que se pode ler no Ms 757 da Biblioteca Nacional de Paris, a única que contém um conjunto substancial de remissões para o «ciclo do Pseudo-Boron»<sup>15</sup>. Infelizmente, o fragmento galego-português do *Romance de Tristão* é insuficiente para confirmar estas perspectivas, embora a sua simples existência e o facto de episódios do romance serem repetidamente mencionados pelos trovadores galego-portugueses tardios façam pensar numa grande proximidade entre esse texto e os romances do Graal propriamente ditos<sup>16</sup>.

Quanto ao *Lancelot*, o problema é ainda mais complexo dada a não existência de testemunhos directos deste romance em galego-português. Subsistem apenas notícias equívocas e um testemunho tardio e de difícil interpretação. O aspecto mais relevante da questão suscitada pela «branche» *Lancelot* decorre, além disso, da composição e problemática respeitantes ao outro dos grandes ciclos de romances arturianos em prosa que se forjaram na primeira metade do séc. XIII, ou seja, ao chamado «ciclo da Vulgata». Aparentado na estrutura ao «ciclo do Pseudo-Boron», o «ciclo da Vulgata» difere deste em dois pontos essenciais: a) não inclui no seu seio matéria referente ao *Tristão em prosa*, logo não detém uma «branche» constituída por qualquer romance em torno dessa personagem; b) possui uma redacção particular da busca do Graal por Galaad, a conhecida *Queste del Saint Graal*, em que se observa um recuo da vertente cavaleiresca, guerreira e genealógica, a par de um notável incremento de vertente espiritual, servida por extensos discursos edificatórios nos quais predomina uma grande tendência para a alegorização.

Possui ainda uma redacção particular e mais extensa do início da *Mort Artu*, para além de uma específica continuação do *Merlin* diferente da conhecida na Península Ibérica. Há, assim, uma parte que é fundamentalmente comum aos dois ciclos – a *Estoire del Saint Graal*, o *Lance-*

13. A mais ampla e fundamentada abordagem desta questão encontra-se em Fanni BOGDANOW, *The Romance of the Grail. A Study of the Structure and Genesis of a Thirteenth-Century Arthurian Prose Romance*, Manchester, 1966. Ver também Père BOHIGAS BALAGUER, «Los textos españoles y gallego-portugueses de la *Demanda del Santo Graal*», Anejo VII de la *Revista de Filología Española*, Madrid, 1925. Refira-se, todavia, que parte significativa da comunidade académica nem mesmo se encontra familiarizada com qualquer problemática cíclica, laborando em magníficas confusões como a que se pode testemunhar em Fernando GÓMEZ REDONDO, *Historia de la prosa medieval castellana, II, El desarrollo de los géneros. La ficción caballeresca y el orden religioso*, Madrid, Gredos, 1999, 1469.

14. Cf. Eilhart LÖSETH, *Le roman en prose de Tristan et la compilation de Rusticien de Pise. Analyse critique d'après les manuscrits de Paris*, Paris, Émile Bouillon, Éditeur, 1890; Eugène VINAVER, «The Prose *Tristan*», in *Arthurian Literature in the Middle Ages* (edited by Roger Sherman Loomis), Oxford, Clarendon Press, 1959, 339/347.

15. Sobre esta questão, ver MIRANDA, *A Demanda*, 45-51.

16. O fragmento do *Livro de Tristão* galego-português foi publicado por J. L. Pensado-Tomé, com o título «Fragmento de un *Livro de Tristán* galaico-português», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Anejo XIV, Santiago de Compostela, 1962.

*lot* e a porção central da *Mort Artu* –, afirmando-se a especificidade da Vulgata essencialmente na *Queste* e no início da *Mort Artu*.

Avaliando a presença deste ciclo na Península Ibérica por meio dos testemunhos, indícios e notícias indirectas que subsistem, verificamos sem dificuldade que: a) o eixo de penetração desses textos foi claramente a Catalunha, em cuja língua aliás subsiste a maioria dos testemunhos de que há notícia – dois fragmentos do *Lancelot*, um fragmento de um incunábulo da *Mort Artu*, um fragmento da *Queste* e uma redacção integral deste último romance, contida no Ms 1.79 da Biblioteca Ambrosiana de Milão, datado de 1380; b) essa penetração deu-se do séc. XIV em diante; c) conquanto importante, a presença deste ciclo foi menor do que a do «ciclo do Pseudo Boron», especialmente porque coube a este último a ocupação do espaço arturiano em Castela, num período que vai do séc. XIV até à primeira metade do séc. XVI, quando intervém já a imprensa de caracteres móveis.

Todavia, a percepção definitiva deste facto está dependente da avaliação que se fizer dos vestígios e notícias, bem como do mencionado extenso testemunho do *Lancelot*, tendo em atenção que, como afirmámos atrás, este romance é comum a ambos os ciclos. Não duvidamos de que os dois fragmentos que existem em catalão pertençam ao «ciclo da Vulgata», já que estão presentes num contexto em que predominam romances deste ciclo arturiano. Mas que dizer da tão singular versão do *Lancelot* contida no Ms 9611 da B.N. de Madrid, testemunho dos finais do séc. XVI, cujo *colofon* explicita uma inesperada ligação ao *Romance de Tristão*: «aquí se acaba el libro de Lancelot e a de començar-se el libro de Don Tristan»?

Poderia pensar-se – e assim tem sucedido<sup>17</sup> – que não seria mais do que um testemunho da Vulgata desligado do seu contexto cíclico e contaminado com matéria tristaniana. Mas como explicar, então, os episódios que constam da sua parte final, intimamente relacionados com a *Suite du Merlin*, logo, com o ciclo que se encontrava em Portugal? Será compreensível que alguém, em ambiente castelhano, os tenha adicionado a esta particularíssima versão do *Lancelot*, quando é visível que a *Suite du Merlin* que circulou em Castela possuía já uma forma deveras mutilada que dá pelo nome de *Baladro del Sabio Merlin*, desconhecadora de tal matéria narrativa? Não é impossível, mas é fortemente improvável.

Por outro lado, foi já notado há muito que, se bem que o Ms 9611 da BNM esteja escrito em castelhano, a quantidade de traços linguísticos que remetem para o galego-português é tal que alimenta seriamente a convicção de que teria sido originário de Portugal<sup>18</sup>. Além disso, as remissões internas, bem como os nomes próprios das personagens estão em sintonia com os textos portugueses conhecidos.

Fundamentado nestas observações, temos defendido que este amplo manuscrito de 355 fólhos é o único representante do *Lancelot* que fazia parte do “ciclo do Pseudo Boron”, cuja fortuna entre nós foi, do ponto de vista da tradição manuscrita, ainda menos sorridente do que a dos restantes membros que compunham este ciclo. Se não forem fruto de uma insólita operação de contaminação tardia, então as menções e remissões para o *Livro de Tristão* e para a *Suite du Merlin* que nele se contêm terão de ser entendidas como preciosos vestígios da composição do «ciclo do Pseudo-Boron» na sua fase inicial, que deveria integrar, como dissemos, tanto um «ramo» *Tristão*, como um «ramo» *Lancelot*.

17. Cf. Père BOHIGAS BALAGUER, «El *Lanzarote* español del manuscrito 9611 de la Biblioteca Nacional», *Revista de Filología Española*, XI (1924), 282/297; IDEM, «Más sobre el *Lanzarote* español», *Revista de Filología Española*, XII (1925), 60/62; Fanni BOGDANOW, «The Madrid Tercero libro de don Lançarote (Ms 9611) and its Relationship to the Post-Vulgate Roman du Graal in the light of a Hitherto Unknown French Source of One of the Incidentes of the Tercero libro», *Bulletin of Hispanic Studies*, LXXVI (1999), 441-452.

18. Cf. SHARRER, *A Critical Bibliography*, 19.

Vai nesse mesmo sentido a informação de que se encontravam, na biblioteca particular de Isabel, a Católica, três volumes arturianos, um contendo o *José de Arimateia* e o *Baladro del Sabio Merlin*; um outro, a *Demanda del Sancto Grial*; e um mais, o *Libro de Lanzarote*, sendo esta a mesma designação que podemos encontrar no *Lancelot* castelhano. É bem provável que aquele seja o exemplar a partir do qual foi elaborado o Ms 9611 de BNM, já que outras características se conformam com essa possibilidade, nomeadamente o facto de tão extensa matéria narrativa estar já confinada a um único volume<sup>19</sup>. A comparência conjunta de todos estes romances, se bem que em versões necessariamente já mutiladas, num contexto marcado pela ausência de qualquer testemunho arturiano de proveniência diversa, constitui mais um forte indicador de que este conjunto remontava à composição original do ciclo, faltando apenas o *Livro de Tristão*<sup>20</sup>. Que esta arquitectura, pesada e imponente, se tenha apenas preservado na biblioteca de alguém economicamente poderoso, é algo que se compreende perfeitamente. Em todo o caso, esperamos que a investigação actualmente em curso faça alguma luz sobre todas estas possibilidades.

A ser assim, confirmar-se-á que na Península Ibérica, ao contrário do que sucedeu por toda a Europa, foram os romances que compunham o «ciclo do Pseudo-Boron» que obtiveram maior difusão, e não os que circularam a partir do «ciclo da Vulgata». Mas será puro engano pensar que tal facto significa que as personagens e enredos comuns a ambos obtiveram a supremacia na divulgação da matéria arturiana. Na realidade, já desde o séc. XIV que o fenómeno *Tristão em prosa* se tornara dominante, não deixando a sua difusão de crescer até ao dealbar da época moderna e pelo séc. XVI fora.

É claro que o «ciclo do Pseudo-Boron» assumiu grandes responsabilidades na fase inicial dessa difusão<sup>21</sup>. Desde o *Livro de José de Arimateia*, onde a linhagem de Tristão mergulha raízes, até à *Suite du Merlin* – que dará entrada, pela primeira vez, a motivos tão tristanianos como a Besta Ladrador –, e à *Demanda do Santo Graal*, que consagra parte significativa do seu enredo a Palamedes, Iseu e Tristão, construindo por extenso as circunstâncias que irão ditar a renovada versão da morte do herói, a matéria tristaniana desponta num nível de importância que rivaliza com os enredos Artur-Lancelot-Genevra e restante corte arturiano, herdados do ciclo primitivo que antecede quer o «ciclo do Pseudo-Boron», quer o «ciclo da Vulgata». Porém, como dissemos atrás, o caminho do «ramo» *Tristão* em direcção à autonomização enquanto romance com identidade própria estava já bem marcado, em obediência a uma tendência que se irá generalizar por toda a Europa.

De meados do séc. XIII em diante serão muitas as versões do *Tristão em prosa*<sup>22</sup> que se irão constituir. Conquanto os processos utilizados para a recomposição deste romance não tenham variado

19. Ao mencionar 1414 como ano da conclusão da redacção, indicação que certamente se encontrava no exemplar a partir do qual foi copiado, o *colofon* do Ms 9611 torna, pelo seu lado, credível esta possibilidade.

20. Relembre-se que, para além das referências ao «Conto do Braado», que remetem para o *Tristão em prosa* ou são puramente fíctícias (sobre o assunto, ver Fanni BOGDANOW, «The spanish *Baladro* and the *Conte du Brait*», *Romania*, LXXXIII (1962), 383/399), são dois os romances que a *Demanda do Santo Graal* menciona: a «Gran Estoria de Lancelot» (ed, Augusto Magne, Rio de Janeiro, 1957-1971, § 577), e a «Estoria de Tristam» ou «Gram Estoria de Tristam» (*Demanda* §§ 13, 277, 279 e 369), o que parece consistente com a opinião que temos vindo a defender, segundo a qual estes dois romances «biográficos» faziam parte do universo romanesco partilhado pela *Demanda* e pelos restantes membros do ciclo.

21. É de notar que os textos em prosa apenas reforçam e ampliam a difusão da temática tristaniana que tivera início já a partir das versões em verso ao longo do séc. XIII. Sobre o assunto, veja-se Maria do Rosário FERREIRA, «À sombra de Tristão: Do potencial estruturante da *Matéria de Bretanha* na mundivisão aristocrática do Portugal medieval», in *Matéria de Bretanha em Portugal* (coord. L. Neves, M. Madureira, T. Amado), Lisboa, 2002, 159-175.

22. Emmanuèle BAUMGARTNER, *Le Tristan en prose. Éssai d'interprétation d'un roman médiéval*, Genève, Librairie Droz, 1975, enumera perto de uma dezena. Estamos certo de que um aprofundamento taxinómico pode ainda aumentar esse número, atendendo à quantidade de redacções particulares existentes.

muito, a combinação de matérias narrativas utilizada marca a singularidade de cada uma dessas versões. Além disso, não se trata de um processo de sucessivas refundições, mas muitas vezes de iniciativas autónomas que foram tendo lugar paralelamente. Como quer que seja, a par da *Imitatio Christi*, de Tomás de Kempis, o *Tristão em prosa* é a obra que conta com um maior número de manuscritos em toda a Europa medieval.

Ora a Península Ibérica não escapa a esse fenómeno de hegemonia tristaniana. Para além do fragmento galego-português, conservavam-se, até há pouco, dois fragmentos catalães, mais dois castelhanos e ainda um extenso manuscrito castelhano de 131 fólhos. A recente descoberta de cinquenta e nove fragmentos tristanianos em castelhano<sup>23</sup>, mesmo que pertencentes a uma só redacção, vem confirmar ainda mais esta evidente supremacia tristaniana no seio da matéria de Bretanha em prosa ibérica. Às três edições impressas em Castela – 1501, 1528 e 1534 –, há também que adicionar vestígios de outras duas até há pouco desconhecidas<sup>24</sup>.

Mas talvez o real impacto do *Tristão* se possa medir ainda a partir de outros pontos de vista que atestam modalidades diferentes de recepção. Um estudo realizado sobre a disseminação da onomástica arturiana nos territórios que compõem a coroa de Castela<sup>25</sup> revela que *Tristão* e *Iseu* ocupam mais de metade das ocorrências registadas até aos finais do séc. XV, relegando a escolha de nomes próprios provenientes de personagens específicas dos ciclos a que vimos aludindo para um lugar modesto, o que vem repor mais ainda a sintonia entre o que se passa no espaço ibérico e no conjunto do Ocidente europeu.

Em segundo lugar, conquanto não aduza dados sistemáticos referentes a Portugal, este estudo revela ainda, sem margem para dúvidas, que este reino é o principal centro difusor do conhecimento da matéria arturiana em qualquer uma das suas vertentes, facto que se acentua à medida que recuamos no tempo. Dito de outro modo, a nobreza portuguesa, mesmo as suas camadas mais baixas, mostrava-se, ao longo do século XIV, muito mais familiarizada com as personagens arturianas, nelas incluindo o *Tristão*, do que camadas sociais afins situadas em qualquer outro ponto do centro ou do ocidente da Península. Disso beneficiou claramente a Galiza, onde a presença de uma abundante onomástica arturiana se explicará, na maior parte dos casos, pelas intensas ligações a Portugal.

Mas torna-se também manifesto que o escoar da Idade Média irá alterar fortemente este panorama. Na realidade, é Portugal a única área político-linguística onde a imprensa de caracteres móveis não parece ter-se interessado pelos romances de tema arturiano, velhos já de três séculos. Pelo contrário, Castela apresenta-se na vanguarda da difusão impressa do conjunto da literatura arturiana, como que compensando uma entrada algo tardia nesse mundo da literatura e do imaginário.

É claro que a colocação da questão nestes termos, privilegiando mais epifenómenos do que a essência dos textos, também contribui para construir uma imagem imprecisa e notavelmente mistificadora da difusão da matéria arturiana na Península. É preciso confrontar as conclusões provenientes da adopção dos vários pontos de vista para que a percepção final da questão em estudo seja o mais equilibrada possível. Neste caso, torna-se imprescindível avaliar concretamente o que chega aos prelos castelhanos para formar uma ideia segura sobre qual o sentido de uma tão eufórica e aparentemente inesperada adesão, entre os finais do séc. XV e os inícios do séc. XVI, ao rei Artur e aos seus cavaleiros por parte de uma sociedade que até ali prestara uma equívoca e parcimoniosa atenção a tal literatura.

23. Cf. Carlos ALVAR/ J. M. LUCÍA MEGIAS, «Hacia el código del *Tristan de Leonis* (cincuenta e nueve nuevos fragmentos en la Biblioteca Nacional de Madrid)», *Revista de Literatura Medieval* 11 (1999), 9-135.

24. Cf. GÓMEZ REDONDO, *Historia de la prosa*, 1511.

25. Cf. BECEIRO PITA, «Modas estéticas», 1421-167.

Começamos ainda pelo que se passa com o *Tristão em prosa*. Na realidade, à excepção da que é considerada a versão I deste romance, aquela que cremos que acompanhava o «ciclo do Pseudo-Boron», todas as versões francesas se caracterizam pela inclusão por extenso da *Queste del Saint Graal*, versão Vulgata, construindo o forte contraste entre dimensão mundana e valores ascéticos que parece caracterizar este romance na maioria das suas versões conhecidas. O seu tecido narrativo compunha-se assim de uma recuperação do primitivo enredo das versões em verso, que constituía a primeira parte do romance; por uma segunda parte em que este enredo se deslocava para o reino de Logres; e por uma terceira parte consagrada ao fim da corte do rei Artur e também à morte de Tristão e Iseu.

Analisando a composição do *Libro de Tristán* que é impresso em três ocasiões diferentes em Castela entre 1501 e 1534<sup>26</sup>, verificamos que a primeira parte do romance se preserva no fundamental; a segunda é objecto de alguns cortes notáveis; e a terceira – que integraria a *Queste del Saint Graal* – fica reduzida a pouco mais do que a morte dos amantes<sup>27</sup>. Esta versão acaba por reter essencialmente a estrutura da aventura amorosa – indo ao encontro, aliás, do que fora a narrativa na sua origem –, recuando perante os enredados conflitos do reino arturiano e desinteressando-se completamente das questões suscitadas pelo Graal.

A mesma tendência é possível verificar, com facilidade, no romance chamado *Baladro del Sabio Merlin*, que conhece uma edição ainda sob a forma de incunábulo, em Burgos, no ano de 1498, e uma outra em Sevilha, em 1535. Este texto, parte fundamental do «ciclo do Pseudo-Boron», relatava, como é sabido, o processo de acesso ao trono do rei Artur, continuando por um conjunto de episódios – tais como a concepção incestuosa de Mordret, o golpe doloroso, e tantos outros – que se destinavam a fornecer antecedentes aos desenvolvimentos narrativos que iriam estar presentes nos romances que, na ordem da cronologia narrativa, se situavam posteriormente.

Merlin não é mais do que uma figura adjuvante do rei Artur, sendo necessário dar-lhe um fim quando se torna manifestamente desnecessária a sua presença. Ora, é exactamente com a morte de Merlin, traído pela Dama do Lago, que se vai agora concluir o romance, desaparecendo o fundamental do que era narrado a seguir e que constitui cerca de um quarto do conjunto da «suite» original<sup>28</sup>. Esta deslocação das atenções do reino arturiano e do seu devir para a figura de Merlin e para o seu envolvimento amoroso, conferindo-lhe uma inesperada centralidade, é ainda acentuada pelo novo título conferido ao livro – *Baladro del Sábio Merlin* – que alude directamente às circunstâncias da morte do velho mago, vítima do seu seródio caso amoroso<sup>29</sup>.

Embora nestes textos seja predominante um processo de selecção da matéria narrativa previamente existente, tendo as iniciativas de refundição um alcance limitado, parece-nos evidente que

26. As nossas anotações fundamentam-se na edição de Sevilha, 1528, «Libro del esforçado cavallero don Tristan de Leonís y de sus grandes hechos en armas», reproduzida em *Libros de Caballerías, I, Ciclo artúrico-Ciclo carolingio* (ed. de A. Bonilla y San Martín), Madrid, Bailly y Bailliere e Hijos, Editores, 1907, 339-554.

27. Entre a admissão de Tristan na Tabla Redonda (cap. LXX) e a sua morte (cap. LXXX), situa-se apenas um punhado de episódios entre os quais o inovador «cavallero anciano» (caps. LXXI a LXXV). Ora esses dois momentos da narrativa correspondem, respectivamente, a LÖSETH, *Le roman en prose de Tristan*, §§ 206 e 448, ou seja, entre eles compreende-se mais de metade do romance original! Por outro lado, as especificidades do resumo muito abreviado do Pentecostes do Graal constante do cap. LXXVIII confirmam que a versão de origem continha uma *Queste del Saint Graal* do «ciclo da Vulgata», ou seja, era uma das redacções longas ou cíclicas, diferente, pois, da que julgamos que entrou na Península com o «ciclo do Pseudo-Boron».

28. Para uma avaliação do conteúdo da totalidade do texto, veja-se a recente edição *La Suite du Merlin* (ed. Gilles Rousineau), 2 voll., Genève, Librairie Droz, 1996.

29. Esta designação do *Merlin* e da sua «Suite» – ou do que restava destes textos – surge em cena pela primeira vez antes das versões impressas, como se atesta pela designação do romance que constava da biblioteca do Conde de Haro em 1447.

o resultado final, em ambos os casos, produz um efeito de focagem no caso amoroso que preludiva e antecipa a difusão da novela sentimental que marca a cultura castelhana no final da Idade Média, em cujo contexto estes velhos romances poderão bem ter sido relidos.

E chegamos ao último texto que conhece o favor editorial em castelhano nos inícios do séc. XVI: a *Demanda del Sancto Grial*, publicada uma primeira vez em 1515 em Toledo, e uma segunda, ao que parece mais afortunada, em 1535 em Sevilha, acompanhando o *Baladro del Sábio Merlin*. Quando confrontado quer com o texto português – até hoje o mais íntegro que se conserva deste romance – quer com a extensa mas parcelar tradição manuscrita francesa da obra, ressaltam imediatamente os mais cirúrgicos do que extensos cortes que lhe foram efectuados, desvirtuando totalmente o seu já de si precário equilíbrio.

A parte inicial do romance é idêntica à que se pode ler na *Demanda* portuguesa<sup>30</sup>. Porém, assim que o relato se situa na chegada de Galaaz e da donzela que o acompanha à Barca de Salomão, depois do episódio da morte de Acorante e de Danubre, o texto diz o seguinte: «mas agora no dize aqui ninguna cosa de la fechura de la nao, ni de las letras, ni de la espada de la estraña cinta, ni del lecho que fallaron en la nao, ni de como Galaz acabo las auenturas que en ella eran, y no lo dixo aqui porque lo auemos escrito en el libro de Galaaz»<sup>31</sup>.

Desconhece-se em qual «livro de Galaaz» o redactor escrevera já o que agora se propunha omitir. E suspeitamos que o público leitor – a não ser que possuísse com os meandros da escrita uma familiaridade mais típica da obra manuscrita do que da obra impressa – dificilmente entenderia tal indicação redaccional, que antes parece descuido de copista, que passa inadvertidamente sem correcção, não fora o facto de se reiterar logo adiante.

De facto, após ser retomado o episódio da visita dos cavaleiros a Caifás, tal como se lê na *Demanda* portuguesa, de novo se indica que o texto «no cuenta aqui de las auenturas que passaron entonce, porque son escritas en el libro de Galaz»<sup>32</sup>. E são, de facto, omitidos todos os episódios desde o Castelo do Conde Arnalt até à morte da irmã de Persival. Ainda mais adiante, ficamos a saber que a libertação de Simeu também não será contada porque «es escripto en el libro de Galaaz»<sup>33</sup>.

Na realidade, o «Libro de Galaaz» a que o redactor alude só pode ser a versão Vulgata da *Queste del Saint Graal*, que fornece de facto, dos episódios elididos, uma versão paralela, mas mais extensa do que a contida na versão do Pseudo-Boron que está a ser transcrita. Isso mesmo é confirmado adiante na única vez que o redactor transcreveu material alheio a esta versão, ao incluir o relato da visita dos cavaleiros a Corbenic tal como se encontra no romance da Vulgata<sup>34</sup>, duplicando, aliás, um episódio que já antes tinha parcialmente narrado em versão semelhante à da *Demanda* portuguesa e com a mesma indicação – «no lo escrivimos aqui porque esta escrito en el libro de Galaaz»<sup>35</sup> –, que aqui se torna contraditória com o que realmente está transcrito. Uma vez mais, um procedimento muito corrente num ambiente de transmissão manuscrita de obras narrativas, mas completamente insólito numa obra impressa pela segunda vez num lapso temporal relativamente curto.

30. As nossas observações são realizadas a partir da edição de Sevilha, 1535, «La Demanda del Sancto Grial con los maravillosos fechos de Lanzarote e de Galaz su hijo. Segunda Parte de la Demanda del Sancto Grial», in *Libros de Caballerías* (ed. Bonilla y San Martín), Madrid, 1907, 162- 338.

31. *Libros de Caballerías* (ed. Bonilla y San Martín), cap. CCXXVI, 246.

32. *Libros de Caballerías* (ed. Bonilla y San Martín) cap. CCXXIX, 247.

33. *Libros de Caballerías*, (ed. Bonilla y San Martín), cap. CCXLI, 252.

34. *Libros de Caballerías*, caps. CCLXXIII a CCCLXXIX, 305 a 309. Cf. Fanni BOGDANOW, «The spanish *Demanda del Sancto Grial* and a variant version of the vulgate *Queste del Saint Graal*. The final scene at Corbenic», *Boletín de Filología*, XXVIII (1983), 45/80.

35. *Libros de Caballerías*, (ed. Bonilla y San Martín), cap. CCCLVIII, p. 297.

Há anos atrás, perante tal panorama, ocorreu-nos considerar que «a versão da *Demanda* castelhana que acabou por ser publicada não seria mais, originalmente, do que um conjunto de apontamentos de alguém que pretendeu, tal como aconteceu com os redactores das versões francesas ainda existentes, juntar novo material narrativo a um texto da *Queste del Saint Graal* que já possuía. Só que, enquanto aqueles manuscritos franceses consumam essa iniciativa, dando origem a novos e realmente contaminados textos, o redactor da *Demanda* castelhana limitou-se a transcrever esse material que não detinha, sem ter passado à fase seguinte, que consistiria em fundi-lo com aquele que previamente conhecia e lhe servia de referência. Tal como se conservou, e dadas as lacunas que ostenta, a *Demanda* castelhana torna-se, naturalmente, de difícil leitura enquanto romance minimamente estruturado. A sua publicação nesse estado, sem mesmo ter omitido aquelas indicações de copista que transcrevemos, mostra bem como em fases tardias se tornou precária a consciência dos leitores face à estrutura e complexidade do romance arturiano em prosa»<sup>36</sup>.

Reponderando agora as observações que então fizemos, interrogamo-nos sobre se os motivos que levaram àqueles cortes não terão sido mais profundos, fazendo parte de um processo bem mais motivado de recepção, afim daquele que é detectável nos restantes romances arturianos impressos em Castela.

Embora com um sentido diverso, quer a «Queste» do Pseudo-Boron quer a «Queste» Vulgata se apropriam de extensa cópia de significantes extraídos à linguagem do sagrado e susceptíveis de uma hermenêutica complexa. Visam afirmar uma visão do mundo da cavalaria num contexto de confronto com realeza, na busca da supremacia social, política e militar, conquanto nos pareça que a *Queste* da Vulgata vá bem para além desses propósitos. Tal construção da escrita não é visível, porém, com a mesma intensidade em todos os pontos dos romances. Há sequências de episódios onde a evocação do Antigo e do Novo Testamentos, dos Evangelhos Apócrifos e de textos da esfera da hagiografia é muito intensa e constante<sup>37</sup>. Ora são exactamente essas sequências que o redactor a montante da edição opta por não transcrever declarando que as possui já noutra «livro de Galaaz»...

O texto publicado acaba, desta forma, por transcrever essencialmente episódios onde prevalece a actividade bélica da cavalaria isolada do seu contexto global. A matéria tristaniana, por sua vez, é inteiramente preservada em detrimento da que se relaciona especificamente com as personagens oriundas do *Lancelot*, nomeadamente Galaaz. Por um efeito de reequilíbrio semelhante ao já observado no *Libro de Tristán* e no *Baladro del Sabio Merlin*, o romance passa agora a ter uma natureza diferente, perdendo em especificidade perante os restantes romances arturianos com os quais partilhara, em tempos pretéritos, uma articulada rede de enredos e de sentidos.

Do Graal fica apenas o Pentecostes e a insólita dupla visita a Corberic, esvaziada de qualquer sentido útil e transformada em mero início do fim que, aliás, ocorrerá poucas páginas adiante. Imaginamos que, neste contexto, mesmo que os editores possuíssem uma redacção do *Livro de José de Arimateia*, dificilmente a passariam ao prelo. É que o texto da *Demanda* assim truncado provavelmente cumpriria bem a função a que se destinava, que era a de induzir e exemplificar o modelo de escrita dos «libros de caballerías» que tão larga adesão viriam a obter em ambiente castelhano ao longo do séc. XVI – e não mais do que isso. Uma certa pressa e descuido na sua publi-

36. Cf. MIRANDA, *A Demanda*, 56.

37. Sobre esta dimensão da escrita na *Queste del Saint Graal*, remetemos o leitor para Albert PAUPHILET, *Études sur la Queste del Saint Graal attribué à Gautier Map*, Paris, Librairie Honoré Champion, 1980 (reprint ed. 1921), e especialmente para Pauline MATARASSO, *The Redemption of Chivalry*, Genève, Librairie Droz, 1979. Sobre a *Demanda* do Santo Graal, veja-se MIRANDA, *Galaaz*, 49-87.

cação pode, afinal, não ser mais do que um sintoma da avidez que se fazia então sentir sobre esse tipo de literatura, no seio da qual este vetusto romance era agora recuperado<sup>38</sup>.

Na realidade, o que as edições castelhanas dos romances arturianos acabam por revelar – e a da *Demanda* de 1535 em particular – é que o reino de Logres, o rei Artur e a Távola Redonda, com as suas fidelidades cavaleirescas e os seus códigos e éticas guerreiras, e sobretudo com a esplendorosa capacidade de transformar em linguagem as fissuras e contradições do imaginário feudal, estavam há muito mortos e não chegaram realmente a aclimatar-se em ambiente castelhano. Mesmo intensa, a actividade editorial arturiana dos inícios do séc. XVI deixa paradoxalmente perceber que Excalibur fora já devolvida, sem possibilidade de retorno, às águas donde surgira.

---

38. O pico da difusão editorial das «novelas de caballerías» situa-se entre 1523 e 1545, conforme informação gentilmente prestada pela nossa colega María Eugenia Díaz Tena.

